

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE  
DE LICITAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E  
LICITAÇÕES - GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

**RDC ELETRÔNICO Nº 005/2015**

O Consórcio **GEL-MCEN**, integrado pela **GOETZE LOBATO ENGENHARIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Curitiba, estado do Paraná, na Rua Benedito Carollo nº 1251, inscrita no CNPJ sob o nº 89.952.709/0001-09 e **MC ENGENHARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede em SCLRN 715 Bloco F Loja 05 - Bairro: Asa Norte - Brasília/DF - CEP: 70.770-516, Estado de Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 01.584.374/0001-64, de ora em diante **GEL-MCEN**, neste ato por seu representante William Luiz Marcelino, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado em Curitiba, estado do Paraná, portador da carteira de identidade de nº 3.361.820-1 SSP/PR e CPF nº 623.540.789-00, nos autos do processo 005/2015 - RDC Eletrônico nº 005/2015, vem ratificar a inabilitação do Consórcio Augusto Velloso / Enfil / Melhor Forma, de ora em diante **CONSÓRCIO**, por esta veneranda Comissão de Licitação, acrescentando outro item exigido no edital e também não atendido, tendo este passado despercebido pela comissão de licitação, e o faz conforme o que expõe e fundamenta a seguir:

## **I - DOS FATOS**

1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL, instaurou o processo para realizar os procedimentos relativos ao RDC Eletrônico nº 005/2015, para a

“Execução de projetos básico e executivos, de obras e serviços de engenharia, montagem, realização de testes e operação assistida para a implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Cidade de Porto Velho/RO, Sistema Sul”.

2. Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na fase de lances deste Regime Diferenciado de Contratação o **CONSÓRCIO** apresentou a melhor oferta de R\$ 484.700.000,00 (quatrocentos e oitenta e quatro milhões e setecentos mil reais) que foi aceita e a fase encerrada pelo Presidente desta Comissão. Passou-se para fase - a de convocação para anexo - denominado Proposta de Preço.

3. O recebimento da proposta da empresa, anexos, do **CONSÓRCIO** se deu em dezenove de maio de dois mil e quinze e no dia seguinte o Presidente desta Douta Comissão de Licitação convocou a mesma para enviar os documentos de habilitação exigidos no edital. Questionada acerca de eventuais dúvidas quanto ao prazo, o **CONSÓRCIO** foi taxativa em afirmar “Nenhuma dúvida. Obrigado”. No mesmo ato o Presidente questionou

o **CONSÓRCIO** se este necessitava de algum esclarecimento e igualmente o mesmo afirmou: "Não, obrigado".

4. Em data de vinte e seis de maio esta Comissão divulgou o resultado da habilitação que sabiamente inabilitou o **CONSÓRCIO**. É a favor desta inabilitação que **GEL-MCEN** vem legal e formalmente manifestar-se, além de acrescentar outros fatos que corroboram com esta acertada inabilitação.

5. **GEL-MCEN** em atendimento à Lei e adequada ao prazo disponibilizado para interposição de Recurso pela Comissão de Licitação, vem elencar as considerações acerca da correta inabilitação do **CONSÓRCIO**, conforme segue abaixo:

#### **01. Certidão de Falência e Concordata - item 15.1.3.1**

O edital em questão, em seu item 11.3.2 determina que o Licitante, no momento do envio da proposta, deverá declarar que até aquela data inexistem fatos impeditivos para habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. O **CONSÓRCIO** apresentou tal declaração.

A Construtora Augusto Velloso, integrante do **CONSÓRCIO**, na vã tentativa de atender o item 15.1.2.1 do edital, apresentou certidão negativa de falência (documento nº 7031871) datada de 18 de março de 2015, com prazo superior a 30 (trinta) dias, omitindo assim a real situação da empresa no que se refere a apontamento de pedidos de falência em vigor na data da abertura do certame.

Sabedores da situação atual (de conhecimento público) da Construtora Augusto Velloso S/A, a **GEL**, em 15 de maio (data do presente RDC) solicitou a Certidão de Distribuições Cíveis junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, daquela empresa.

A emissão da certidão nº 7539427, já de posse da Comissão e integrante do processo em questão, se deu em 18 de maio p.p. e em seu texto diz que "pesquisando os registros de distribuições do Pedido de Falência, Concordatas, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais anteriores a 15/05/2015 verificou constar como réu/requerido/interessado em nome da Construtora Augusto Velloso S/A." duas distribuições referentes pedidos de falências. Tal documento, além de contrária à declaração exigida no item 11.3.2, não atende à exigência do item 15.1.3.1.

Pois bem,

Conforme Despacho desta Comissão de Licitação datado de 25 de maio de 2015, a mesma informou ter solicitado à empresa Augusto Velloso a atualização das certidões de distribuição de Pedido de Falência, Concordata, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais, haja vista tal pedido ter amparo legal e dentro de total razoabilidade, já que as mesmas não possuem data de validade.

Afirmou a Comissão que tal empresa tentou, mais uma vez, comprovar erroneamente tal exigência apresentando "*consulta on line do Sicafe*" e que a

mesma não possui amparo jurídico, já que o período de um ano de sua validade se refere a data do registro e não da validade da certidão.

No Parecer em questão os Procuradores do Estado, Senhores Haroldo Batisti e Brunno Correa Borges, diante da injustificada apresentação das certidões atualizadas, recomendam que seja juntada aos autos dita certidão para diligência.

Sendo assim e em atendimento ao Parecer retro mencionado, esta Comissão, através do Pedido 4650826 dirigido ao Tribunal de Justiça de São Paulo, efetuou em 25 de maio de 2015 solicitação da Certidão de Falência, Concordatas e Recuperação Judiciais e Extrajudiciais da empresa Construtora Augusto Velloso S.A. Como não podia ser diferente, o documento de nº 7626743 é anexado ao julgamento da Comissão confirma as duas distribuições indicadas na certidão apresentada pela GEL, datada de 15 de maio de 2015.

*Por esta razão, dentre outras, **GEL-MCEN** entende que é imperiosa a manutenção da inabilitação do **CONSÓRCIO**, para que se cumpra a Lei e o bem maior à sociedade.*

## **02. Da Capacitação Técnico-Operacional - item 15.2.4**

Diz o edital que o Atestado de Capacidade Técnica operacional e profissional será comprovado conforme disposto no Item 19 do Termo de Referência

constante do Anexo I, que dispõe acerca da qualificação técnica dos licitantes.

O Parecer Técnico datado de 22 de maio de 2015, disponibilizado por esta Comissão de Licitação, que se refere ao acervo técnicos dos profissionais e das empresas integrantes do **CONSÓRCIO** diz que:

02.1 A exigência relativa à comprovação da execução de Estação de Tratamento de Esgoto composta por decantadores secundários com vazão  $\geq 1.285$  l/s não foi atendida, uma vez que o acervo técnico não apresenta característica condizente ao objeto licitado, vez que o anteprojeto, parte integrante deste RDC trata-se de um sistema tipo DAFA seguido de decantadores secundários, sendo que o acervo apresentado é de lagoas aeradas e de decantação.

02.2 A exigência relativa à operação assistida de Estação de Tratamento de Esgotos com tratamento a nível primário e secundário, com eficiência de tratamento de remoção de DBO  $> 70\%$  e remoção de coliformes fecais  $> 90^\circ$  e vazão  $\geq 1.285$  l/s igualmente não foi atendida.

Conclui, o Parecer, que da análise dos Atestados de Capacidade Técnica dos profissionais, as empresas que compõe o **CONSÓRCIO** não atenderam em sua totalidade o disposto e exigido no Termo de Referência, item 19.

*Por esta razão, dentre outras, **GEL-MCEN** entende que é imperiosa a manutenção da inabilitação do **CONSÓRCIO**, para que se cumpra a Lei e o bem maior à sociedade.*

**03. Da Capacitação Técnico-Operacional - item 19.1.1.2 e item 19.1.1.3**

**GEL-MCEN**, além das deficiências do **CONSÓRCIO** elencadas por esta Douta Comissão de Licitação, ao analisar a documentação apresentada pelo mesmo, constatou desatendimento cristalino ao item 19.1.1.2 do Edital, Termo de Referência, que assim diz:

**"Para o atendimento das exigências acima, será admitida a apresentação de, no máximo, 1 (um) atestado para cada item exigido".**

O **CONSÓRCIO** apresentou em seu QUADRO IV (Folhas 351 e 352 dos documentos de habilitação) dois atestados distintos para comprovar qualificação técnica de "Execução de Redes de Esgotamento Sanitários" em completo desacordo ao que determina o edital. Se contrário ao edital, contrário a Lei.

O Item 19.1.1.3 do mesmo Termo de Referência, ratifica que em caso de pessoas jurídicas organizadas em consórcio é admitido o somatório de seus quantitativos para atendimento dos itens constantes das exigências da "Capacidade Técnico operacional - item 19.1.1.1", ou seja, o edital

deixa claro que cada consorciada poderá atender um ou outro item das exigências técnicas, porém respeitando o limite de 1(um) atestado para cada item. O que não ocorreu. Ademais, se assim não fosse, o edital estaria induzindo a contratação de empresas organizadas em consórcios ao admitir o somatório de quantidades de atestados somente para proponentes organizadas em consórcio e não para proponentes individuais.

O **CONSÓRCIO**, como elucidado acima, também não comprovou habilitação técnica no quesito "Execução de redes de Esgotamento Sanitários" conforme exigência do edital.

**GEL-MCEN**, entende que a Comissão julgadora tem a obrigação de inabilitar o **CONSÓRCIO** no quesito "Execução de redes de Esgotamento Sanitários" pois, assim não ocorrendo, estará penalizando o direito de outras proponentes organizadas em consórcios que deixaram de apresentar proposta em função de não comprovarem as exigências técnicas através de 1(um) atestado para cada item, ou ainda, as empresas que poderiam participar de forma isolada, mas não o fizeram por respeito à exigência do edital.

***Por esta razão, dentre outras, GEL-MCEN entende que é imperiosa a manutenção da inabilitação do CONSÓRCIO, também por não atender o item 19.1.1.2 do Edital, para que se cumpra a Lei e o bem maior à sociedade***



6. Pois bem, o ato convocatório exigiu documentos para sua perfeita qualificação e o **CONSÓRCIO** apresentou-os em completo desatendimento às condições mínimas necessárias. Sua documentação está, contudo, em desconformidade ao Edital. Não há como trazê-lo novamente à disputa (em eventual pedido do **CONSÓRCIO**).

7. Nota-se, pois, que as regras impostas pelo Edital - lei maior - são claras e transparentes, não emergindo quaisquer dúvidas acerca das condições de participação, julgamento e/ou habilitação.

8. O **CONSÓRCIO** - mesmo assim - **(i)** deixou de apresentar certidão negativa de Pedido de Falência e Recuperação Judicial válida na data do RDC, **(ii)** não comprovou a capacitação técnica operacional e profissional exigida no item 15.2.4 no Termo de Referência, **(iii)** não comprovou tal capacitação conforme previsto no item 19.1.1.2 e item 19.1.1.3 e **(iv)** não atendeu as condições estabelecidas nesta concorrência! Portanto, **É IMPERIOSA A MANUTENÇÃO DE SUA INABILITAÇÃO!**

## **II - DO DIREITO**

9. A habilitação é a fase do processo de licitação pública em que a Administração averigua a capacidade e a idoneidade dos licitantes para firmarem contrato entre si. A Administração **NÃO DEVE CONTRATAR QUALQUER UM**, que não tenha a qualificação adequada. Ao contrário, a mesma deve verificar se as arrematantes reúnem ou não as condições para fins de contratação.

10. Os nossos Tribunais sobre o caso em tela, entendem que:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO AGRAVADA QUE DEFERIU PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA MANDAMENTAL FORMULADO PELO AGRAVADO CERTAME LICITATÓRIO REGIDO PELO EDITAL Nº 006/2013-DER/DT COM O OBJETIVO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM E OBRAS DE ARTE CORRENTES, OBRAS DE ARTE ESPECIAIS, SINALIZAÇÃO E SERVIÇOS COMPLEMENTARES NA RODOVIA PR-151. LICITANTE CONSAGRADO VENCEDOR PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE NÃO ATENDEU AOS REQUISITOS APRESENTADOS PELO INSTRUMENTO EDITALÍCIO. POSSÍVEL ILEGALIDADE PRATICADA PELO AGRAVANTE AO DECLARAR VENCEDORA A EMPRESA QUE NÃO CUMPRIU COM A INTEGRALIDADE DOS REQUISITOS TRAZIDOS PELAS REGRAS ESPECÍFICAS DA LICITAÇÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PLAUSIBILIDADE DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO MANDAMUS. A MANUTENÇÃO DO ATO IMPUGNADO PODE RESULTAR NA INEFICÁCIA DA MEDIDA SE POSTERIORMENTE CONCEDIDA. A CONTINUIDADE DO CERTAME IMPLICARIA NO ALCANCE DO TERMO FINAL DO PROCESSO LICITATÓRIO, INVIABILIZANDO A CONSECUÇÃO DE POSSÍVEL ORDEM CONCESSIVA DA SEGURANÇA, JÁ QUE NÃO MAIS EXISTIRIA O INTERESSE PROCESSUAL À ANÁLISE DO

**MÉRITO, NOS TERMOS DO ENUNCIADO Nº 05  
DAS 4ª E 5ª CÂMARAS CÍVEIS DESTA CORTE  
DE JUSTIÇA.RECURSO CONHECIDO E  
DESPROVIDO.**

(TJ-PR, Relator: Maria Aparecida Blanco  
de Lima, Data de Julgamento:  
15/07/2014, 4ª Câmara Cível)

**II.1 - Da Apresentação da Certidão de Falência e  
Concordata.**

11. A Lei 11.462/11, a qual instituiu e rege o Regime Diferenciado de contratações Públicas - RDD, tem em seu artigo 45 que nestas licitações será aplicado o disposto nos artigos 27 a 33 da Lei 8.666/83, no que couber.

12. O artigo 31, inciso II, da Lei 8.666/93 prescreve como condição para a qualificação econômico-financeira a apresentação, por parte dos licitantes, de "certidão negativa de falência ou concordata expedida no domicílio da pessoa física".

13. O edital, em seu item 11.3.2 determina que o Licitante, no momento do envio da proposta, deverá declarar que até aquela data inexistem fatos impeditivos para habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. O **CONSÓRCIO** apresentou tal declaração.

14. A Construtora Augusto Velloso, integrante do **CONSÓRCIO**, na vã tentativa de atender o item 15.1.2.1

do edital, apresentou certidão negativa de falência (documento nº 7031871) datada de 18 de março de 2015, com prazo superior a 30 (trinta) dias, omitindo assim a real situação da empresa no que se refere a apontamento de pedidos de falência em vigor na data da abertura do certame.

15. O instrumento convocatório deve dispor de critérios e condições para a habilitação dos licitantes, sem que a Comissão de Licitação disponha de discricionariedade para decidir se deve habilitar ou não o licitante. Demais disso, a exigência de certidão negativa de falência é legal, como prevista no Inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/93 e, por consequência, não se pode recusá-la.

16. O Superior Tribunal de Justiça sobre o assunto em tela entende que:

**"RECURSO ESPECIAL Nº 351.512 - SP  
(2001/0106817-4)**

**RELATOR : MINISTRO HUMBERTO MARTINS**

RECORRENTE : TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A TELESP

ADVOGADO : LUIZ OTÁVIO BOAVENTURA PACÍFICO E OUTRO

RECORRENTE : COPPERSTEEL BIMETÁLICOS LTDA

ADVOGADO : EDUARDO PINHEIRO PUNTEL E OUTROS

RECORRIDO : MARIA RITA FERREIRA DE CAMPOS

ADVOGADO : MARIA RITA FERREIRA DE CAMPOS  
(EM CAUSA PRÓPRIA)

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL DA TELES -  
ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - HABILITAÇÃO  
- AÇÃO POPULAR - NULIDADE DE ATO -  
POTENCIALIDADE DE DANO AO ERÁRIO -  
CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL (CRC) -  
EMPRESA EM CONCORDATA - ARTS. 27, III, E  
31, II, DA LEI N. 8.666/93 - CARÊNCIA DA  
AÇÃO - SÚMULA 284/STF - MÁ-FÉ DO AUTOR  
POPULAR - SÚMULA 211/STJ - VIOLAÇÃO DOS  
ARTS. 2º E 3º DA LEI N. 4.717/65 - SÚMULA  
07/STJ.

1. A alegada "preliminar de carência de ação", que tecnicamente diz respeito ao mérito do próprio recurso especial, não pode sequer ser conhecida, uma vez que a recorrente não aponta qual o efetivo dispositivo de lei violado pelo acórdão recorrido neste particular. Incidência da Súmula 284 do STF. Precedentes.

2. Alegada má-fé do autor popular. Sobre esta questão, além de não ter a recorrente indicado precisamente qual o dispositivo de lei que teria o acórdão recorrido violado, também não existe o necessário prequestionamento, mesmo a despeito de a segunda recorrente ter oposto embargos declaratórios, fazendo incidir os enunciados 211 da Súmula do STJ e 284 da Súmula do STF.

**3. Questão federal da necessidade de certidão negativa de concordata ou falência para a comprovação da qualificação econômico-financeira: Para**

qualquer habilitação em licitação será exigida, documentação sobre a qualificação econômico-financeira (art. 21, III, Lei n. 8.666/93), e essa documentação será limitada à certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (art. 31, II, da Lei n. 8.666/93).

4. É possível e legal exigir o Poder Público obtenção prévia de um certificado, chamado de Certificado de Registro Cadastral - CRC, de modo a buscar o melhor esclarecimento possível do habilitante sobre sua capacidade financeira, com vistas aos compromissos que dali poderão advir, máxime em se tratando da finalidade pública que envolvem tais compromissos.

5. Assentado está no acórdão recorrido que a habilitante atravessava concordata, à época dos fatos, o que a impediria de obter o CRC em razão da inexistência de comprovação de sua qualificação econômica, de modo a impossibilitar o cumprimento do art. 27, III, da Lei n. 8.666/93.

Recurso especial parcialmente conhecido e improvido.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2007  
(Data do Julgamento)

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Relator"

17. Para qualquer habilitação em licitação será exigida, **exclusivamente**, documentação sobre a qualificação econômico-financeira (art. 21, III, Lei n. 8.666/93), e que essa documentação será limitada à certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (art. 31, II, da Lei n. 8.666/93).

18. É perfeitamente possível e legal tal exigência, de modo a buscar o melhor esclarecimento possível do habilitante sobre sua capacidade financeira com vistas aos compromissos que dali poderão advir, máxime por se tratar da finalidade pública que envolve tais compromissos.

#### **II.1.2 - Da Capacitação Técnico-Operacional**

19. A respeito do tema, merece transcrição o entendimento esposado por Marçal Justen Filho, assim exposto:

"É evidente ser impossível eliminar o risco de a pessoa contratada revelar-se incapaz tecnicamente de executar a prestação devida. Ao estabelecer certas exigências, a Administração busca reduzir esse risco. Configura-se uma presunção: a comprovação da qualificação técnica, na fase de habilitação, induz que o sujeito, se contratado, disporá de grande

probabilidade de executar satisfatoriamente as prestações devidas. Ou, mais precisamente, a ausência dos requisitos de capacitação técnica, evidenciada na fase de habilitação, faz presumir que o interessado provavelmente não lograria cumprir satisfatoriamente as prestações necessárias à satisfação do interesse público. A fixação das exigências de qualificação técnica é muito relevante. Não se pode fazer em termos puramente teóricos ou burocráticos. A relação de encargos tem de cumprir a função que justifica sua instituição" (in "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", 5ª ed., Ed. Dialética, São Paulo, 1998, p. 300).

20. Consoante o ensinamento de Carlos Ari Sundfeld, "a formulação, nos editais de licitação, de exigências a serem atendidas pelo licitante, a fim de comprovar sua qualificação técnica e econômica, tem base constitucional. É evidente que tais exigências limitam a competição no certame licitatório, pois resultam no alijamento de todos aqueles que, não podendo atendê-las, veem-se privados da oportunidade de contratar com o Estado. Está-se aqui, no entanto, perante uma limitação perfeitamente legítima à ampla possibilidade de disputa nos mercados públicos, que a licitação visa a propiciar; trata-se simplesmente de fazer prevalecer o interesse público (qual seja: o de não correr o risco de contratar com empresas desqualificadas) sobre o interesse privado



(a saber: o de obter o máximo possível de negócios)" ("A Habilitação nas Licitações e o Atestados de Capacidade técnico-Operacional", in "Licitações e Contratos Administrativos", Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1999, p. 100/101).

21. Hely Lopes Meirelles ensina, ainda, que **"é lícito à Administração não só verificar a capacidade técnica teórica do licitante, como sua capacidade técnica efetiva de execução - capacidade, essa, que se convencionou chamar operativa real. Advirta-se que grande parte dos insucessos dos contratados na execução do objeto do contrato decorre da falta de capacidade operativa real, não verificada pela Administração na fase própria da licitação, que é a da habilitação dos proponentes"** ("Licitação e Contrato Administrativo", 12ª ed., Malheiros Editores, 1999, p. 130).

22. Nesse trilha de raciocínio, permite-se citar o seguinte julgado proferido no âmbito da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça:

"ADMINISTRATIVO.	PROCEDIMENTO
LICITATÓRIO.	ATESTADO
COMPROVAÇÃO.	AUTORIA.
LEGALIDADE.	EMPRESA.

Quando em procedimento licitatório, exige-se comprovação, em nome da empresa, não está sendo violado o art. 30, § 1º, II, caput, da Lei 8.666/93. **É de vital importância, no trato da coisa pública, a permanente perseguição ao binômio qualidade eficiência, objetivando, não só**

garantir a segurança jurídica do contrato, mas também a consideração de certos fatores que integram a finalidade das licitações, máxime em se tratando daquelas de grande complexidade e de vulto financeiro tamanho que imponha ao administrador a elaboração de dispositivos, sempre em atenção à pedra de toque do ato administrativo - a lei -, mas com dispositivos que busquem resguardar a administração de aventureiros ou de licitantes de competência estrutural, administrativa e organizacional duvidosa. Recurso provido" (REsp n. 144.750/SP, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 25.09.2000).

23. De mais a mais, tem-se aceito que tão ou mais importante do que se analisar a capacidade de membro da equipe que executará o contrato, é analisar a capacidade do licitante, da empresa que será encarregada de executar o contrato. O aumento da complexidade do objeto dos contratos agregados à crescente especialização dos profissionais faz com que os contratos não sejam cumpridos por esta ou aquela pessoa individualmente, mas por uma empresa com estrutura operacional própria. É a empresa que precisa do know-how técnico para organizar a execução contratual, por isso avaliá-la.

## **II.2 - Do Princípio do Julgamento Objetivo**

24. O artigo 3º da Lei 12.462, antes citada, é taxativo ao determinar que as licitações e contratações

realizadas em conformidade com o RDC deverão observar, dentre outros, o princípio do Julgamento Objetivo.

25. O Princípio do Julgamento Objetivo propugna abstrair ao máximo o subjetivismo no cotejo das propostas apresentadas.

26. É evidente, com anotação de Ivan Barbosa Rigolin e Marco Tullio Bottino, "que existem momentos em que é humanamente impossível, nas licitações em curso, julgar sem o mínimo de subjetividade, de conteúdo pessoal dos julgadores". Não se pode esquecer que quem julga é um ser humano e que, portanto, mesmo sem intenção, alguma subjetividade prepassa seus atos. Todavia, os autores supracitados advertem que "sempre, entretanto, que algum interessado, julgando-se prejudicado pelo subjetivismo, provar que aquele cunho subjetivo não se restringiu ao mínimo lógico, abaixo do qual ficaria impossibilitado o próprio julgamento, poderá obter judicialmente a anulação do mesmo".

27. O julgamento objetivo agrega-se ao instrumento convocatório, pois os critérios do julgamento nele estão previsto. Nesse desígnio, o julgamento objetivo é aquele que se dá na estrita conformidade dos parâmetros prefixados no edital. Para tanto, **o instrumento convocatório não pode prestigiar critérios subjetivos.**

28. O Princípio do julgamento objetivo está adstrito também ao Princípio da Impessoalidade, uma vez que a licitação se conforma ao interesse público. Dessa forma, também o é à isonomia, que, em dilatado aspecto,

proíbe distinções relativas à esfera pessoal de quem quer que seja.

29. Tanto o Princípio do julgamento objetivo quanto o Princípio da vinculação ao instrumento convocatório se completam e ambos se encontram no Princípio da Isonomia, visto que constituem garantias formais dos particulares em relação à Administração Pública, fazendo com que o certame do início ao fim se deite sob critérios claros e impessoais.

### **III - DA CONCLUSÃO**

**Isso posto,** requer-se que esta Comissão de Licitação, mantenha a r. decisão já proferida, por seus próprios fundamentos, *data venia*, com os acréscimos jurídicos ora acrescidos, mantendo como inabilitado o Consórcio Augusto Velloso / Enfil / Melhor Forma, por ser de direito e de justiça.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Curitiba, 10 de junho de 2015